

Os professores da Florida terão que ter méritos

O salário e a promoção dos professores de escolas públicas dependerá do rendimento, já não apenas da antiguidade e do título.

A Florida subiu nos *rankings* académicos dos EUA até conseguir ocupar, em 2010, o quinto lugar. As melhorias devem-se sobretudo às sucessivas reformas que foram efectuadas no Estado. A última delas, em sintonia com o programa federal "Race to the Top", oferecia maior financiamento às escolas que demonstrassem melhor rendimento académico.

Além disso, o Parlamento estadual aprovou uma nova lei proposta pelo Partido Republicano, com o objectivo de vincular a avaliação dos professores do ensino público aos resultados académicos dos alunos. No ano passado foi apresentada uma lei similar, mas foi vetada pelo anterior Governador; o novo, Rick Scott, assinou-a desta vez.

Conforme se indica na exposição de motivos, "a qualidade do ensino depende em grande parte da qualidade dos professores". Por isso, é feita a revisão do sistema de avaliação dos professores, das suas compensações económicas e dos diferentes modelos de contratação.

A partir de agora, estabelecem-se critérios objectivos para avaliar os docentes e obter números credíveis sobre a sua capacidade profissional ("The City Journal", 27 de Março de 2011). A sua avaliação será feita, em 50%, levando em conta os resultados que os seus alunos obtenham nas provas oficiais do Estado, embora enquadradas num horizonte temporal de três anos. Para avaliar os outros 50%, cada um dos distritos escolares terá a faculdade de estabelecer as suas próprias provas, ponderando também, por exemplo, o desempenho de responsabilidades directivas.

De qualquer forma, tenta-se determinar em que medida os professores fazem bem o seu trabalho e que resultados obtêm. No novo sistema de avaliação diferenciam--se, neste sentido, quatro níveis: muito eficaz, eficaz, precisa de melhorar ou insatisfatório. Os pais e os membros do

Conselho Escolar terão notícias destas avaliações e será nelas que se vão basear as renovações dos professores.

Por outro lado, a lei inclui mudanças importantes relativamente à remuneração do professorado. Até agora, os aumentos salariais dependiam dos anos de antiguidade e do título académico dos docentes. Com o novo sistema, os professores receberão incentivos económicos de acordo com a sua avaliação e a sua melhoria profissional.

Serão, contudo, os distritos escolares quem irão modificar as tabelas salariais que determinarão o pagamento por resultados. Neste aspecto, a reforma não entrará em vigor até 2014. A lei salienta que os professores com melhor rendimento devem receber a quantia mais elevada do distrito, mas não fixa o seu montante. Segundo os responsáveis políticos da educação, trata-se de um assunto que deve ser definido em função das circunstâncias. Este é um dos pontos que recebeu mais críticas, tendo em conta a crise económica actual, o défice na parcela educativa do orçamento estadual, bem como os cortes no ensino anunciados pelo novo Governador ("Miami Herald", 3 de Março de 2011).

Também é alterado o estatuto laboral dos professores. Poderão ser despedidos por baixo rendimento e é eliminada a renovação automática dos professores novos a partir de 1 de Julho. Desde essa altura, os contratos por provas serão anuais e poder-se-á prescindir daqueles que não alcancem bons resultados. O distrito poderá negar-se a fazer renovações aos professores que recebam avaliações negativas (duas consecutivas ou num período de três anos).

A lei recebeu igualmente críticas. Os democratas pensam que as medidas serão ineficazes por falta de financiamento. Concretamente, advertem que a instabilidade das novas modalidades de contratação irá retirar atractivo à profissão docente. No entanto, mesmo com a reforma, o lugar de professor continuará a ser mais estável do que qualquer outro no sector privado, e a inamobildade não foi suficiente para atrair os melhores para a docência. Nos Estados Unidos, somente 23% dos professores têm a sua origem no terço dos melhores licenciados; em Singapura, têm todos: não se aceitam notas mais baixas.

Os sindicatos, por seu lado, defendem que a multiplicação de provas académicas pode alterar a finalidade da escola, fazendo com que se centre nas notas, e aumentar a pressão dos professores. Mas os exames são um modo de comprovar se a escola cumpre o seu objectivo, e pressão é aquilo que experimentam a generalidade dos assalariados a quem se exige bom rendimento. Outra crítica, de Karen Aronowitz, presidente da United Teachers of Dade, é que a lei vai permitir o despedimento de professores que têm experiência. Neste caso, trata-se de prescindir daqueles cuja incompetência está bastante experimentada.

Os sindicatos ameaçaram apresentar uma acção judicial para bloquear a aplicação da lei.

J. C

Dilemas, perdão e “dragões”

Roland Joffé, realizador de cinema (“A missão” e “Terra sangrenta”), enfrenta no seu próximo filme, *There be dragons*, questões como a santidade e a traição, o amor e o ódio, o perdão e a violência, assim como a busca do sentido da vida, no quadro da Guerra Civil espanhola e da pessoa de São Josemaría.

“Os mapas medievais qualificavam os territórios desconhecidos com as palavras *Hic sunt dragones*, «aquí há dragões». Quando comecei a investigar o tema e a escrever o argumento, é um facto que realmente não sabia o que me esperava nem como acabaria. O título «There be dragons» pareceu-me apropriado. Era como se saísse do meu mapa e penetrasse num território inexplorado ao abordar temas como o que é a santidade, questões sobre a religião e a política do século XX, o passado histórico de outro país. Tinha ficado impressionado com a afirmação de Josemaría: «a Deus encontramos-lo na vida de todos os dias», e essa vida do dia-a-dia, no seu caso, foi a Guerra Civil espanhola.

Interroguei-me: como será possível encontrar o divino na guerra? Mas a mesma pergunta pode ser feita sobre todos os desafios fundamentais da vida, e sobre a maneira como os enfrentamos: a forma de respondermos ao ódio e à rejeição, ou ao desejo de vingança e justiça. Todos estes dilemas aumentam em tempo de guerra. Estes dilemas são, em certo sentido, os «dragões» do filme, momentos de inflexão nas nossas vidas em que enfrentamos opções decisivas. Opções que deverão afectar o nosso futuro. «There be dragons» fala das diferentes opções que as pessoas assumem nesses momentos de inflexão – tentações, se quiser – e da dificuldade que é – e da necessidade – de fugir dos ciclos de ódio, ressentimento e violência.

Entre as pessoas há demasiados factos abomináveis, horrendos, que parecem impossíveis de perdoar, de resgatar, impossíveis de superar. Mas o perdão é possível!

Os ciclos de violência podem ser detidos, como o demonstrou o presidente Nelson Mandela na África do Sul. O perdão foi possível para muitos heróis no Ruanda, e foi oferecido e aceite por muitos valorosos palestinianos e israelitas. Josemaría assegurou que as pessoas normais são capazes de ser santas, e penso que se referia a este tipo de perdão heróico. A inesgotável possibilidade de perdoar deixa espaço para a esperança. Mas o preço é elevado: exige um profundo sentido do que é plenamente humano, um profundo sentido de compaixão, e uma resolução firme, e sim, heróica, para não se ficar aprisionado pelos diversos ódios existentes, mas lutar contra eles com um amor inquebrantável.

Todos temos de optar entre nos deixarmos vencer pelos nossos ressentimentos, ou encontrarmos a maneira de os conquistar. Podemos encarar a vida como uma série de injustiças, de rejeições e de feridas, ou como uma série de oportunidades, de ocasiões, para vencer esses dragões através do poderoso desejo de substituir o ódio pelo amor e pela unidade. Muitos abrigam no seu interior esse amor para escolher esta opção heróica. Dão-se conta de que podem assumir a opção de ser livres. Têm a força de carácter para compreender que o ódio é uma prisão. Ninguém que odeia pode ser livre. Não vimos por acaso tantos exemplos disto nos anos que decorreram a partir da Primeira Guerra Mundial? Por outro lado, quando as pessoas optam pelo amor, ao observador imparcial é perfeitamente possível observar nelas o sentimento de liberdade, de compaixão e de generosidade.

O amor nem sempre é fácil, não pode sê-lo. Não pode ter origem numa atitude de superioridade, somente pode nascer de uma atitude de humildade e de humanidade. E, no entanto, a sua beleza é poderosa. Diz: «Sim, sai de ti mesmo. Achas que não podes perdoar?» Ora, não saberás se podes perdoar até que não perdoes. E, como podes perdoar? Para perdoar necessitas de te identificar com o outro. Perdoas colocando-te na pele do outro. Deves deixar de o demonizar, não podes dizer: «Sou melhor do que ele, eu nunca poderia fazer isso». Pelo contrário, tens de olhar para a pessoa e dizer a ti próprio: «poderia ser eu». Portanto, há espaço para a esperança, mesmo nas circunstâncias mais dolorosas, trágicas e terríveis, onde a esperança parece impossível.

Fiquei profundamente impressionado com a convicção de Josemaría de que todos nós somos potencialmente santos, dada a sua fé em que cada pessoa é, em última instância, capaz de acabar com os seus próprios dragões. Espero que as pessoas que forem ver este filme o descubram nas suas próprias lutas com os seus dragões e que compreendam que nenhum santo chegou a sê-lo sem ter lutado.

Parece-me que só se formos capazes de compreender a trágica falibilidade de todos os seres humanos e de todos os comportamentos humanos, é que poderemos encontrar o caminho do entendimento e dessa profunda empatia, esse sentido de identificação com o outro, que liberta da demonização e das espirais de violência sem esperança.”

Extracto de uma entrevista com Roland Joffé, realizador de "There be dragons". Publicado no "Notícias de Capellanía" (IESE), Fevereiro de 2011.

Este filme irá estrear-se, em Lisboa, no próximo dia 19 de Maio (Lusomundo).

Imigrantes: hoje desemprego, amanhã precisamos

Os imigrantes estão a acusar mais a perda de emprego provocada pela crise nos países da OCDE. Mas são necessários esforços para que possam voltar a integrar-se no mercado de trabalho quando a crise passar, pois a economia destes países vai precisar deles. Este é o diagnóstico feito pelo relatório anual da OCDE "International Migration Outlook", centrado este ano na repercussão da crise nos movimentos migratórios.

A emigração legal nos países da OCDE (4,4 milhões de pessoas) caiu 6% em 2008, o que constitui a primeira descida em cinco anos. Embora para avaliar a descida se tenha de levar em conta que, em 2007, o fluxo migratório foi especialmente elevado, também é significativo que os dados de 2009 reflectam uma quebra na maior parte dos países da OCDE em consequência da crise económica.

O reagrupamento familiar é o principal factor da imigração permanente, especialmente nos EUA (65% do total), França e Suécia.

Os imigrantes temporários têm continuado a ser uma parte muito significativa, mas foram afectados pela crise. Em 2008, chegaram aos países da OCDE, 2,3 milhões de trabalhadores temporários, o que significou uma descida de 4%, após quatro anos de um crescimento sustentado.

O número de candidatos ao asilo continua a crescer. Em 2008, os EUA foram o país que mais admitiu (39.400), seguidos pela França, Canadá, Grã-Bretanha e Itália. Os países mais importantes de origem desses candidatos ao asilo foram o Iraque, a Sérvia e o Afeganistão.

O número de estudantes noutra país mais que duplicou entre 2000 e 2007. Neste fluxo, os principais países que recebem são Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Austrália, cujas universidades são um foco de atracção. O relatório calcula que uma média de 21% destes estudantes permanece no país de acolhimento.

De onde vêm os imigrantes que procuram os países da OCDE? China, Polónia, Índia e México são os principais emissores, enquanto que a partir do ano 2000 baixou o número dos provenientes das Filipinas e Rússia.

Grande parte do crescimento da população, e especialmente da população em idade de trabalhar, deve-se aos

imigrantes. Estes representam até um terço das entradas na população em idade laboral. Somente nos Estados Unidos, França e Nova Zelândia, o crescimento natural traduziu-se no principal factor do aumento da população. Nalguns países do Sul da Europa, cerca de 90% do aumento demográfico deveu-se à imigração.

Todavia, a maior parte (51%) do crescimento que tem existido do emprego foi devida a uma taxa superior de residentes empregados mais que à migração internacional.

Também se observa que as políticas de imigração continuam a favorecer a entrada de trabalhadores qualificados, para a qual alguns países têm utilizado um sistema de pontos (Dinamarca, Grã-Bretanha, Holanda).

O reagrupamento familiar, que continua a ser a principal origem de novas entradas, tende a submeter-se a critérios mais restritivos, com requisitos de residência, nível mínimo de rendimento, conhecimento da língua e testes cívicos.

A crise económica de 2008-2009 notou-se nos novos critérios de admissão, mais restritivos e ligados à disponibilidade de emprego.

E a verdade é que o crescimento do desemprego entre os imigrantes foi maior do que entre os nacionais em quase todos os países. Também se notou uma descida mais significativa do emprego entre os jovens imigrantes do que entre os nacionais. O desemprego já era elevado entre os jovens imigrantes e, em 2009, atingia 15% nos Estados Unidos, 20% no Canadá e 24% na UE15. E existe uma ameaça real de que isto tenha efeitos negativos a longo prazo na sua integração.

Pelo contrário, as mulheres imigrantes foram menos afectadas pelo desemprego que os homens, pois estes estavam em sectores que sofreram mais com a crise (construção civil, indústria manufactureira, finanças...). E nalguns países, as mulheres imigrantes aumentaram a sua participação no mercado laboral, geralmente para compensar a perda de rendimentos dos homens da família.

O relatório reconhece que os imigrantes são mais vulneráveis à perda de emprego, porque tendem a ficar a trabalhar em sectores mais sensíveis às flutuações económicas, com contratos laborais menos seguros e temporários, têm uma antiguidade menor no trabalho e podem ser alvo de despedimentos selectivos.

A naturalização do imigrante também influencia a sua situação laboral. As condições para adquirir a cidadania variam muito conforme os países. Mas naqueles que foram construídos recorrendo à população imigrante, quase todos os imigrantes regulares adquirem a nacionalidade dez anos após terem chegado. A tendência para adquirir a nacionalidade tende a ser maior entre os trabalhadores provenientes de países com baixo rendimento relativamente aos que vêm de países de rendimento elevado da OCDE. E os imigrantes que adquirem a cidadania costumam ter uma

melhor situação laboral, mesmo antes da naturalização, embora esta tenha, além do mais, um impacto positivo nas suas expectativas.

Apesar de a actual situação económica ter afastado do mercado de trabalho muitos imigrantes, as economias dos países desenvolvidos têm uma necessidade estrutural dos seus serviços. “É importante recordar que os imigrantes deram uma contribuição para a economia nacional nos tempos das vacas gordas; não deveríamos encará-los como um peso nos tempos das vacas magras”, escreve no prefácio do relatório, John P. Martin, que é o director de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais, da OCDE.

Martin recorda que muitas economias da OCDE, onde existe escassez de população trabalhadora, vão precisar dos imigrantes quando a recuperação progredir. Nessa altura, continuará a haver uma procura de trabalhadores altamente qualificados. Sem os imigrantes muito menos será possível cobrir os necessários empregos em sectores como limpeza, hotéis, restaurantes, construção civil, indústria alimentar... O atendimento de pessoas idosas dependentes e de crianças cujas mães trabalham, está muitas vezes nas mãos dos imigrantes.

O sistema de pensões beneficia igualmente dos descontos entregues pelos imigrantes que trabalham. O declínio na população em idade de trabalhar será compensado também, parcialmente, pelos imigrantes.

Em resumo, escreve Martin, tem de se assegurar que os imigrantes já presentes mantenham os seus empregos e que a contribuição de novos imigrantes corresponda às necessidades do mercado laboral.